

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 109.145 - SC (2019/0059265-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : T N F (PRESO)

ADVOGADO : NATHÁLIA POETA - SC040441

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

RECURSO EM HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO, ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR, FUGA DE PESSOA PRESA E CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MOTIVAÇÃO SUFICIENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas – e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos do art. 282, I e II, c/c o art. 312, ambos do Código de Processo Penal.

2. A decisão que decretou a custódia preventiva evidenciou a periculosidade concreta do acusado e o fundado risco de reiteração delitiva, ante o *modus operandi* empregado nas ações delituosas – em conjunto com dois adolescentes, os quais "teriam arrombado a grade e os cadeados existentes na cela", a fim de promover a fuga de um detento, enquanto um quarto agente "teria permanecido no interior de um veículo, próximo ao local, para dar fuga aos comparsas". Salientou, ainda, que o recorrente participa de "uma associação criminosa e estão sendo investigados pela prática de diversos crimes na região da grande Florianópolis" e que "responde a processo criminal pela prática de crime de roubo qualificado". Por fim, fundamentou a necessidade da prisão, pois as "circunstâncias do modo de operação das atividades criminosas demonstram a periculosidade dos agentes".

3. Diante da gravidade da conduta perpetrada e do risco de reiteração delitiva, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

4. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 04 de junho de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

